

O PODER SURDO E O PODER DO OUVINTE: QUEM PODE MAIS, AFINAL? ¹

ERNANDO PINHEIROCHAVES ²

Introdução

Este trabalho pretende discutir o aparecimento e atuação do poder Surdo utilizado pela comunidade surda em resposta a um discurso opressor do ouvinte. Historicamente, a filosofia oralista foi responsável pelo fracasso educacional dos surdos quando renegou o uso da língua de sinais como língua natural dos surdos, principalmente, no contexto escolar. Os movimentos surdos surgiram como um contra-discurso à visão de incapacitados e às práticas reabilitadoras de fazer o surdo falar, reivindicando aspectos relevantes para seu desenvolvimento.

Parece estranho e contraditório sendo eu, um ouvinte, ousar tecer comentários a respeito do Poder Surdo³. O próprio termo incomoda e ao mesmo tempo sugere como interpretação de uma metáfora. Felizmente é uma reflexão que o próprio movimento Surdo⁴ está sedimentando na relação com a sociedade majoritária ouvinte⁵.

Enfaticamente, mesmo (com)vivendo nesse universo tão diverso entre brancos, ouvintes, negros, *hippes*, homossexuais, paraplégicos, cegos, loucos, drogados, assassinos, ladrões, doentes, mulheres, meninos de rua, analfabetos,

¹ Trabalho apresentado como exigência da disciplina Correntes Modernas da Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC).

² Pedagogo, Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Mestrando em Educação Brasileira da UFC, do Núcleo de Linguagem, Desenvolvimento e Educação da Criança - Educação Especial. Bolsista do CNPQ.

³ *DEAF POWER* ou Poder Surdo (em português) foi um movimento organizado pelos Surdos americanos, realizado em 1988, para exigir um reitor surdo na *Gallaudet University* - única universidade no mundo para surdos localizada em Washington-EUA. A comunidade Surda brasileira incorporou tal termo no sentido de expressar a luta que vem implementando, principalmente, a favor da LIBRAS.

Para uma descrição mais detalhada do movimento cf. SACKS, O. W. *Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Cap.3, p. 138-73.

⁴ Alguns integrantes da comunidade Sarda usam o "S" maiúsculo para expressar uma identidade lingüística-cultural.

⁵ O termo "ouvinte" é para diferenciar-se do termo "surdo" pertencentes ambos a duas comunidades. Alguns denominam, erroneamente, "ouvinte" e "não-ouvinte".

pobres, índios, “portadores” de síndromes, jovens, esquizofrênicos, os surdos se identificam como uma comunidade que também tem diferenças, tão peculiares e específicas que vale a pena o registro.

As conquistas da comunidade Surda (inclusive por se denominar como tal) expressam a negação e o rompimento com o poder opressor do ouvinte. Na realidade não é intenção fazer um confronto entre esses “dois poderes”, mesmo que as implicações exijam, mas suscitar um reflexo. O que pretendo é possibilitar uma contribuição na discussão em torno da temática da Surdez (como muitos estão realizando) no ambiente onde os “intelectuais” registram pesquisas e defendem suas ideologias.

Neste sentido, os sujeitos surdos podem partilhar com seus coetâneos ouvintes acerca da percepção de um “mundo” que *não se ouve*, mas *se vê*. Esta é uma das principais diferenças entre esses sujeitos. Consequentemente, para a pessoa surda que “sobrevivia(e)” no anonimato significa “verbalizar” pelo que tem a mais – a língua de sinais, em detrimento do que tem a menos – não-ouvir que, confirmados pelos profissionais ouvintes enfoca o “ouvido defeituoso”, “destruído” por diversas causas e precisa ser reabilitado”, ou seja, um ser surdo construído a partir da falta que revela sua incompletude.

O que é significativo neste cenário não é mais o enfoque da **deficiência** do não-ouvir, ao contrário, é o que se constitui como uma característica peculiar, uma **diferença**.

A conservação e a transformação desses paradigmas encontram suas raízes na triste e incrível história da surdez. Ela está imbricada no “aglomerado” de fatos e teorias que subjazem a ciência, a filosofia, a religião, a arte etc. Por isso, quando o “homem” cria, busca, oprime, registra, legisla, apropria-se, submete-se, permite-se, luta, transcende, pensa... é para justificar sua existência, porque esses elementos são puramente criações e necessidades humanas.

O fato dos surdos terem criado e desenvolvido a língua de sinais e construído nas relações uma cultura (apesar dos escassos estudos), não significa que tem liberdade de usá-la e vivê-la, respectivamente, porque é um caminho inseguro. Com efeito, os registros históricos referente à Surdez, revelam quão aterrorizantes e inescrupulosas são as formas de poder que proíbem os surdos de se encontrarem como sujeitos, principalmente, na família e na escola.

A ênfase desse pensamento, parece se constituir, principalmente, numa sociedade capitalista que é marcada por preconceitos e discriminações. O indivíduo “idealizado”, “perfeito”, “global” é aquele que se encontra personificado no branco, louro, europeu, alto, bonito, pele macia, sem marcas e manchas, olhos azuis ou verdes de preferência, um corpo escultural, sem doenças, com sentidos perfeitos etc.

No entanto, essa padronização perde sua “pureza”, para dar lugar a uma massa de diferentes (aqui se encontram os ditos “deficientes”) sem dignidade e sem justiça social.

A História demonstra que o estigma⁶ que ronda(va) uma sociedade, impôs aos responsáveis pela saúde promover um ambiente agradável à população. Quando não eram expulsos das comunidades, os “párias” eram reclusos em espaços para não contagiar os saudáveis, de acordo com relatos de Foucault acerca da Idade Média:

o leproso era alguém que, logo que descoberto, era expulso do espaço comum, posto fora dos muros da cidade, exilado em um lugar confuso onde ia misturar sua lepra à lepra dos outros. O mecanismo da exclusão era o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano. Medicalizar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte purificar os outros. A medicina era uma medicina de exclusão (1999 p. 88)

A medicina até hoje exerce um poder em definir a trajetória de vida dos “deficientes”, por exemplo. Isto se constata quando, no seu discurso influencia família e profissionais que lidam com esses sujeitos. Além disso, despreza outras características que essas comunidades vem desmistificando sobre seu corpo, linguagem, educação e a relação com a própria diferença (marca).

Essas implicações medicalizantes, sem dúvida, influenciaram na construção social da deficiência a medida que a visão de “homem” e de “sociedade” se transformam com as descobertas científicas. O próprio contexto dessas relações promove avanços, porém, mais retrocessos para os portadores de deficiências.

Quando ocorreu a queda do regime feudal, por exemplo, os centros urbanos são ativados a partir da queda dos “muros” de comunidades isoladas. As trocas culturais entre os diferentes povos “incham” a cidade. Lá estão os deficientes nas ruas mendigando, perambulando, o “louco”, o “anormal”, os “improdutivos”, todos se aglutinando no mesmo espaço dessa nova ordem.

Com a modernidade, o poder do Estado, da Igreja e da medicina vêm demarcar a criação de espaços de reclusão, as prisões, os manicômios, os hospitais terapêuticos, os internatos e as escolas especiais. Participam deles aqueles que não estão dentro de um padrão de normalidade. Seriam assim distribuídos de acordo com as necessidades e possibilidades de cura, além de aplicar-lhes inúmeras técnicas sobre o corpo patologizado.

Os objetivos de cura ou minimização de suas doenças e deficiências, ao mesmo tempo, são reabilitados e reintegrados no espaço da família e sociedade. Neste sentido, o poder da medicina consistia politicamente em:

distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um constatar o estado de saúde

⁶ Refere-se, segundo os gregos, a sinais corporais, marcas nos indivíduos para mostrar algo de extraordinário ou ao contrário, sobre o *status* de quem o apresentasse (GOFFMAN, 1988).

de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço de esquadrinhado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos (FOUCAULT, 1999 p. 89).

Os adeptos desse pensamento, adentraram o nosso século, ocupando espaços em proporções geométricas, solidificando suas raízes na própria família, na escola, no mercado de trabalho, nos meios de comunicação social e nas universidades. Ainda hoje, esse olhar percorre as práticas ortopédicas e medicalizantes sobre o corpo, nas instituições de ensino para “deficientes”.

O poder do olhar que respeita, deseja o “corpo perfeito” e vigia, individualiza, separa o “anormal”, tem influências pertinentes na modernidade. Um bom exemplo, são as “falas” dos adultos que antecipam os novos indivíduos, idealizando o seu rebento, mesmo antes da gestação: “Quero um filho...”, “Idealizo um bebê...”, “Meu filho não pode passar... por isso ele tem que ser...”, “Meu filho não pode ser surdo porque... e não quero que ele sofra...”. Esses inúmeros desejos e defesas são afirmados pelos progenitores e quando seus filhos nascem se tornam os próprios “instrumentos” de realização, talvez, do ideal.

Contudo, os novos indivíduos são surdos, cegos, com uma das inúmeras síndromes, tem múltiplas deficiências, autistas ou outra marca bem distinta e peculiar, para além do planejado... parece um momento difícil e decepcionante. Com isso, a família tem um indivíduo que é desacreditado de seu potencial e desenvolver-se.

Especificamente, se for uma criança surda, seu órgão auditivo está “destruído” e, nesta trajetória, a felicidade, muitas vezes, cede lugar à frustração porque a mãe assume a culpa, e, às vezes, o pai se exime dela. O cotidiano dessa criança, então, será com os especialistas submetida a testes, ao uso da prótese auditiva, a sessões intermináveis de terapia de fala, submetida a cirurgias, medicamentos, treinamentos fonoarticulatórios, educação auditiva e a outros testes, testes e testes para que os resultados sejam alcançados: ouvir e falar. Este é um procedimento comum que permeia na educação de surdos, evidenciadas, principalmente, quando surdos adultos sinalizam⁷ depoimentos acerca de sua infância e adolescência.

O grande enfoque dado à deficiência é traduzida como falta, ausência de alguma coisa como o não-ouvir que é “anormal”, patológico e por isso o “normal” que ouve se coloca no direito de ressignificar, de impor sua ideologia ouvintista⁸ sobre a pessoa surda. Portanto, o poder de controle do ouvinte

⁷ Para dar ênfase à língua de sinais que é “sinalizada” enquanto na língua oral o uso da “fala”.

⁸ Para Skliar (1998) *trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte... que acontecem as percepções do ser deficiente... que legitimam as práticas terapêuticas habituais* (p. 15)

se opera no corpo (ouvido como destaque) do surdo, e reflete, sobremaneira, nas construções das concepções sobre a Surdez. Baseado nisso, Foucault(1999) afirma que:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política (p. 80).

Nesta perspectiva, os surdos constróem um estigma em torno de si, assumem posturas de deficiente/doente (que se confundem), não se reconhecem como normais, percebem uma inadaptacão na família, posteriormente na escola, porque a maioria ouve e fala bem, exceto eles. O ambiente lhes é estranho, difícil de relacionar-se e não encontrando alternativas submetem-se às atitudes daqueles que os envolvem, tendo como consequência a auto-rejeição. Assim, assume uma postura de não se reconhecer como surdo, de não se sentir como tal ou de se aceitar, que não se relaciona com outros surdos e que os rejeita em seu coração (SÁNCHEZ, 1990). Parece que surdos que nascem em famílias de ouvintes⁹, são mais propensas a tomar essas atitudes na sua formacão, visto que estão em contato direto com o modelo ouvinte e não obtém quase ou nenhuma referéncia do seu grupo lingüístico.

Com efeito, este modelo prioriza a "fala" e manipula, rechaça e controla as atitudes dos surdos, impedindo-os de utilizarem "as mãos para se comunicar", expressas em gestos, mímicas ou língua de sinais. Com isso, os pais, professores, e especialistas se sentem no "dever" de normalizar o surdo

Essa aplicacão dá-se no sentido do olhar que vigia os surdos e a Surdez para que não desarticule os objetivos, pois *vai exigir muito pouca despesa. Sem necessitar de armas, violéncias físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo.* (FOUCAULT, 1999 p. 218)

Na perspectiva do olhar que vigia, impede e proíbe, o grande projeto da filosofia oralista foi implementado na educacão de surdos. Essa filosofia, hegemônica há mais de cem anos, "presenteou" à sociedade milhares de surdos que rejeitam assumir-se como tal, ou seja, uma negaçã à sua identidade, também um fracasso acadêmico evidente e catastrófico, uma desarticulacão da comunidade surda, uma rejeição e sectária à língua de sinais e toma para si uma visã de deficiente auditivo, patológico e anormal.

Dentre as açõs, a principal meta de fazer o "deficiente auditivo" é aprender a língua oral e integrá-lo no meio dos ouvintes (sociedade majoritária). Para isso, qualquer outra forma de comunicacão que fosse de encontro

⁹ As pesquisas apontam que 95% dos surdos são filhos de pais ouvintes.

seria abandonado. Sofreu fortes influências eugenistas, ou seja, a língua oral como poder hegemônico e a proibição de casamentos entre surdos daria precedentes para se constituir uma sub-raça.

O oralismo sustentou-se, ainda, em argumentos filosóficos pelo poder da palavra na discussão e religiosos pela absolvição dos pecados através da palavra porque Deus assim o disse. Enfim, vê-se uma articulação para justificar a educação do “deficiente auditivo” numa perspectiva da pedagogia ortopédica, claro que com efeitos devastadores para o seu desenvolvimento cognitivo e afetivo.

Estas argumentações foram defendidas no evento do Congresso Internacional sobre Educação de Surdos, ocorrido em 1880, em Milão na Itália. Ele foi um grande acontecimento para os oralistas, pois oficializou o que já vinha sendo implementado em algumas escolas da Europa. Ao contrário, se traduziu numa derrota para as comunidades Surdas. Pelo consenso da maioria, européia e ouvinte, já que os delegados surdos foram impedidos de votar, a educação investiria na reabilitação do surdo pelo “Método Oral Puro”¹⁰ vir a ser implementado em todas as escolas para surdos (SÁNCHEZ, 1990).

As conseqüências foram catastróficas, primeiro, porque os professores surdos seriam demitidos das escolas assumidas por ouvintes reabilitadores (seriam realmente professores?), segundo, uma nova arquitetura das salas com pouca visibilidade do corredor para impedir o encontro entre surdos e uso da língua de sinais, terceiro, a ilustração de um símio (antropóide) nas paredes das salas de aula para lembrar aos surdos que os sinais eram proibidos e tinham práticas animalescas, além de práticas de punição aplicada aos surdos sentar-se sobre as próprias mãos (SÁNCHEZ, 1990).

As determinações refletem na escola que manifesta seu poder repressor sobre os surdos similar ao poder do sistema penal que exerce sobre os detentos nas prisões, segundo depoimentos:

prender alguém, mantê-lo na prisão, privá-lo de alimentação, de aquecimento, impedi-lo de sair, fazer amor etc. é a manifestação de poder mais delirante que se possa imaginar (FOUCAULT, 1999, p. 72-73).

Alguns dos fatos históricos relatam as estratégias de tomada de poder pelos ouvintes, as ações reabilitadoras sobre o sujeito surdo, as formas de opressão assumidas, inclusive usados pelos próprios surdos para oprimir e renegar seus semelhantes.

Surge, uma postura contrária à hegemônica, um contra-discurso configurado pelo poder Surdo, fruto das adversidades impostas, da renúncia de controle do corpo, do confronto ao olho do poder e do vislumbamento à liberdade de utilizar a língua de sinais para pensar o mundo.

¹⁰ Essencialmente um programa de treinamento baseado em leitura labial, educação auditiva e articulação, excluindo-se qualquer pistas gestuais ou uso de sinais.

Felizmente, é o outro lado da história da surdez marcada pela revitalização dos “feridos” e continua a influenciar ouvintes e surdos no sentido de promovam momentos de prazer de encontro e partilha.

Uma das primeiras iniciativas aconteceu no século XVI, com os primeiros preceptores na educação de jovens surdos de famílias nobres. Utilizava-se da leitura e escrita, como condições necessárias aos direitos legais para administrar seus bens. Aqui a fala torna-se relativa, não é prioridade (SÁNCHEZ, 1990).

Passados dois séculos, surge uma corrente denominada de Gestualismo. Teve suas raízes na França, sendo considerado seu fundador o abade Charles Michel de L'Épée. No século XVIII, L'Épée evangelizando os surdos mendigos nas ruas de Paris descobre a “mímica dos surdos¹¹” e inicia sua educação através de um método combinado de gestos para o francês escrito. Em pouco tempo, alfabetizou um número de crianças e jovens surdos que o oralismo passara anos para conseguir resultados semelhantes (SÁNCHEZ, 1990).

No decorrer, os próprios surdos assumiram cargos de professores de surdos ensinando os conteúdos através da língua de sinais. A educação de Surdos apresentava resultados satisfatórios. Suas relações sociais eram dinâmicas contribuindo para o uso, evolução da língua de sinais e suas trocas permitiam-lhes criar uma visão positiva da surdez (SÁNCHEZ, 1990).

Apesar do oralismo adentrar, no século XX, com grande força, ele foi se fragmentando nas suas próprias contradições, por exemplo, não conseguia resolver o problema do fracasso na alfabetização dos surdos como cita Sánchez:

Incapaz de llegar a la solución final, que en sus propósitos hubiera sido la desaparición de la sordera, incapaz de seguir ocultando fracasos tras procedimientos inquisitoriales, y a pesar del terrorismo implantado en el campo de la pedagogía de la sordera, la posición oralista com todos sus oropeles se derrumbaría irremediabilmente (1990 p. 68).

Uma outra contribuição neste processo, talvez das mais relevantes na história da Surdez, foi a pesquisa do lingüista William Stokoe, na década de 60. Ele concentrou seus estudos nos “gestos dos surdos”, concluiu sua investigação e divulgou através do livro *Sign Language Structure*, afirmando que os parâmetros da língua de sinais apresentavam aspectos similares a qualquer língua oral (SACKS, 1998). Reúne outros argumentos e a língua é reconhecida como tal. Seus trabalhos tornam-se referências até hoje no campo científico da investigação em contribuir nas pesquisas acerca das línguas de sinais e outros assuntos da surdez.

¹¹ Este termo foi usado, na época, para referir-se à língua de sinais.

Com os pesquisas, nos anos 70, nasce a Comunicação Total¹², muitos consideram que foi um movimento que “desamarrou as mãos dos surdos”. Ao mesmo tempo, os surdos descaracterizavam-se como “inválidos”, “dependentes” dos ouvintes, passivos para dar lugar a líderes surdos que se julgavam possuir uma língua e uma comunidade autônomas.

Numa bela narrativa, Sacks (1998), contextualiza o (re)nascimento do Poder Surdo imerso nas mudanças estruturais da sociedade a partir dos anos 60/70, período que explode os movimentos políticos, étnicos, sócio-antropológicos, feministas, em detrimento a uma mentalidade estruturada na clínico-medicalizante, pelo menos no caso dos surdos:

Havia o espírito dos anos 60, com sua preocupação especial pelos pobres, os incapacitados, as minorias – o movimento pelos direitos civis, o ativismo político, os diversos movimentos de “orgulho” e “libertação”; tudo isso estava em marcha na mesma época em que a língua de sinais, com lentidão e enfrentando grande resistência, era legitimada cientificamente, e em que os surdos iam pouco a pouco reunindo um senso de auto-estima e esperança, lutando contra imagens e sentimentos negativos que os perseguiam havia um século. Existia uma crescente tolerância, de modo geral, com a diversidade cultural, aumentando pouco a pouco o senso de que as pessoas podiam ser muito diferentes e ainda assim ter valor para os outros e ser iguais a todo mundo; crescia o senso, especificamente, de que os surdos eram um “povo”, e não apenas um punhado de indivíduos isolados, anormais, inválidos... (p.168).

Assim, a luta dos próprios surdos se exprimem nas similaridades das lutas dos índios, negros e homossexuais, por exemplo. Ela não só nega uma “grande verdade” mas propõe uma outra “verdade”, mesmo admitindo:

que existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade (FOUCAULT, 1999 p. 71),.

Com efeito, esse poder tem nas suas bases concepções ouvintistas ligadas a esquemas de discriminação e opressão. Entretanto, a luta para implementar

¹² É uma filosofia na educação de surdos que se utiliza de qualquer meio de comunicação como gestos naturais, alfabeto manual, língua de sinais, desenho, escrita, expressão facial, linguagem corporal, educação auditiva e uso de equipamentos para auxiliar na aquisição da fala como o aparelho auditivo.

a outra “verdade” encontra-se no movimento surdo e o poder que se exerce nele, contraditoriamente, emerge desses próprios esquemas negando-os e perfazendo um outro caminho, como afirma Foucault (1999):

Cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder...E se designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta, não é porque ninguém ainda tinha tido consciência disto, mas porque falar a esse respeito – forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo – é uma primeira inversão do poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder (p. 75-76).

Portanto, é pela inversão do poder que expressa o poder Surdo. Ele não é estanke ou vazio, mas é fortificado pelo surgimento de líderes surdos mais conscientes e mais críticos, suscitando espaços de conscientização e conquistando para seu conjunto pensadores ouvintes e surdos. mas suas reivindicações do movimento surdo. As federações, associações, centros, clubes, confederações espalhadas pelo mundo são ações concretas e apresentam objetivos comuns na conquista dos direitos sociais dos surdos.

Em particular, o movimento surdo brasileiro recebe influências das experiências de outras comunidades que estão com alguns dos seus direitos fundamentais já conquistados. Para isso, as entidades de surdos vem lutando para se concretizar. Vale a pena mencioná-las que serão seguidas de breves comentários.

Uma das principais lutas que a comunidade surda vem reivindicando junto a parlamentares e a sociedade em geral é a **oficialização nacional da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)**. Países como Canadá, Portugal, Suécia, Colômbia, Estados Unidos, Uruguai e outros já são reconhecidas pela legislação suas línguas de sinais. Alguns Estados e municípios brasileiros como Maranhão, Minas Gerais, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Goiás, Espírito Santo já reconheceram a LIBRAS.

É uma conquista no sentido de exigir a aprendizagem da LIBRAS pelos profissionais e familiares de surdos, do mesmo modo, ser ensinada como primeira língua na escola de surdos, obtendo acesso aos conhecimentos através dela, o que permite o desenvolvimento psico-afetivo-cognitivo satisfatórios, além da contratação de professores e instrutores surdos para as escolas de surdos.

Esta luta está imbricada com a **criação de escolas bilingües** que também é uma das mais importantes. Segundo a filosofia bilingüe, a escola respeita o surdo na sua diferença e não deficiência porque estaria imerso num ambiente lingüístico natural e favorável ao seu desenvolvimento. Os conteúdos sistematizados seriam transmitidos em primeira língua – a de sinais – e a língua portuguesa (prioridade, leitura e escrita) num patamar de segunda língua, dispondo

a modalidade oral como opção da criança surda. A presença dos professores surdos apresenta para a criança surda um modelo cultural-político e uma visão positiva da surdez. Quanto ao currículo escolar, as disciplinas como História da Surdez, cultura Surda, gramática da língua de sinais fariam parte do mesmo.

Por outro lado, as escolas e salas especiais para surdos não respondem mais às suas necessidades quando: despreza o valor que a língua de sinais tem no desenvolvimento do surdo, enfatiza a oralização como via primeira na aprendizagem, os professores ouvintes não dominam a língua de sinais, os surdos concluem o ensino semi-analfabetos, despreza elementos culturais nas interações grupais e sua ação pedagógica apresenta embasada politicamente numa visão médico-clínica em detrimento às suas diferenças lingüístico-culturais.

Outra preocupação nesta luta é a **formação de intérpretes da LIBRAS** e sua presença obrigatória quando a interação surdo-ouvinte for exigida. A sociedade majoritária é ouvinte, pautada na língua oral, portanto, não conhece a língua de sinais e não se espera, que é utópico, todos os seus integrantes aprendam LIBRAS.

A capacitação do intérprete além de sua formação profissional na área científica, deve concentrar um aprofundamento e domínio da LIBRAS, apresentar habilidade para a interpretação fiel simultânea/alternada em diferentes circunstâncias e diferentes locutores surdos e ouvintes que estejam presentes em situações surdo-surdo, surdo-ouvinte, ouvinte-surdo, além de conviver com a comunidade surda ressaltando os aspectos político-culturais. A exigência de sua presença deve ser garantida pela legislação.

Outras lutas como a formação de professores surdos, o acesso à informação através de legendas e intérpretes, o acesso às universidades, o ensino da LIBRAS ministrado por instrutores surdos já estão presentes direta ou indiretamente naquelas principais lutas.

Neste contexto, é possível levantar algumas hipóteses desse movimento Surdo, se alguns fatos realmente não tivessem ocorridos? Por exemplo, se as diretrizes do Congresso de Milão houvesse priorizado a língua de sinais na educação de surdos, essa comunidade estaria mais sólida e com seus direitos conquistados? A representação sobre o surdo seria ainda de deficiente e incapacitado? A identificação cultural que envolve os sujeitos surdos passaria por tanta discriminação e desinformação? Os surdos consciente enquanto grupo diferenciado e com uma identidade? A relação entre pais ouvintes e filhos surdos seria mais estreita, respeitada a língua de cada um? A escola inclusiva surgiria como a “salvação” na educação de surdos ou a escola bilingüe contemplaria o ideal? Enfim, será que o poder do ouvinte, apesar disso, criaria outras formas de opressão ao sujeito Surdo? Se afirmativo, o poder Surdo emergiria num contra-discurso, numa inversão do próprio poder. Skliar(1998) reflete sobre essa inversão quando afirma:

O nosso problema... não é a surdez, não são os surdos, não são as identidades surdas, não é a língua de sinais, mas, sim,

as representações dominantes, hegemônicas e “ouvintistas” sobre as identidades surdas, a língua de sinais, a surdez e os surdos. Desse modo, a nossa produção é uma tentativa de inverter a compreensão daquilo que pode ser chamado de “normal ou cotidiano” (p. 30)

Bibliografia

- SACKS, Oliver W. *Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- SÁNCHEZ, Carlos M. *La Increible y Triste Historia de la Sordera*. Caracas: CEPROSORD, 1990.
- SKLIAR, Carlos. *Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade in _____, Carlos (org) A Surdez: Um Olhar sobre as Diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.